

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2010

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e dez, deu-se início à Nona Audiência Pública no Plenário desta Casa referente à Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, sob a presidência do Vereador Júlio Pimenta. Vereador Júlio Pimenta: "Vamos dar início então à Nona audiência Pública deste ano com a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano referente ao segundo semestre de dois mil e nove. Eu convido a esta plenária o Secretário Municipal, Senhor Gabriel Simões Gobbi, seja bem vindo a esta Casa. Já cumprimento, parabenizo a sua equipe aqui presente, sejam todos bem vindos. Com a palavra Gabriel Gobbi - Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano: " Boa noite a todos, Presidente Júlio, Vereador Flávio. Na verdade, cumprindo esse compromisso legal de prestação de contas, aqui na Câmara, nós preparamos uma apresentação bastante resumida e bastante ilustrativa pra que primeiro ela não tomasse muito tempo e segundo, desse aquela informação que nós consideramos como essencial numa situação de prestação de contas do que a Secretaria fez, em alguns casos. No segundo semestre de dois mil e nove e outras ações na verdade em dois mil e nove, como um complemento pra mostrar que as ações que foram efetivadas pela Secretaria. Nós vamos apresentar em power-point aqui bem rapidamente, depois as dúvidas que os Vereadores e alguns outros que quiserem alguma explicação e a equipe também, tá aqui disponível. Nós temos aqui a Creise que é a Diretora Administrativa Financeira, a Luciana é Diretora de Regulação Urbana, a Cristina Cairo é Assessora Especial, nós temos o Rodrigo, Diretor de Projetos Especiais, temos a Marília, responsável pela área de protocolo e o Ricardo que coordena a revisão, principalmente a revisão da regulamentação urbana atualmente, e o Guilherme que atualmente trabalha na parte de relatório de proteção patrimonial. Bom, aqui eu não preciso falar, a única coisa das competências, a gente tá sempre reprisando qual é a competência da Secretaria, ela é responsável pela política de proteção e preservação do patrimônio histórico, arquitetônico, artístico e imobiliário, pelo planejamento urbano do Município, planejamento do Plano de Uso e Ocupação do Solo, pela análise e aprovação de projeto de arquitetura e urbanismo, fiscalização e execução de obras de construção no Município, e implantação de parcelamento do solo. Atualmente nós tivemos a inclusão de um órgão muito importante para a administração que é o FUMPATRI - Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural que é o Fundo que foi instituído a época do Monumenta visando dar sustentabilidade às ações de Preservação do Patrimônio de Ouro Preto. Bom, a estrutura nossa hoje aqui nós temos, é o COMPATRI e o COMPURBI que é o Conselho Municipal de Política Urbana. O grupo de assessoramento técnico, o GAT coordenado pela Cristina Cairo, o Programa Monumenta que se encerra esse ano, o Júlio já foi coordenador do Monumenta também e vai ser substituído Júlio, o EP do Programa Monumenta a partir do ano que vem ele passará a ser a unidade executora do Projeto do FUMPATRI, Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural, ou seja, o que o Monumenta executava em termos de obras, de restauração, de proteção, a unidade que fazia esse papel vai continuar dentro da nossa estrutura, agora fazendo parte do Fundo de Preservação. Então os recursos que o Fundo destinar pra alguma ação, seja de construção, de reforma, de restauro, a Unidade executora do Projeto se encarregará disso até para não se perder a experiência dessa equipe, que é uma equipe que realmente tem um resultado muito positivo, você sabe disso, teve presente lá. Nós temos a Administração, temos o Departamento de Proteção Patrimonial, a Elisângela é Diretora, projetos especiais o Rodrigo, e Departamento de Regulação Urbana a Luciana Queiroz. Bom, rapidamente, Departamento de Projetos Especiais, no segundo semestre ele foi restabelecido, esse Departamento estava paralisado, nós não tínhamos diretor, o Rodrigo foi nomeado, e a partir daí nós tivemos quarenta e seis solicitações de projetos, das quais, vinte e nove estão em andamento, e já concluímos dezessete projetos diversos. Na parte de projetos também é que está sendo feita em parceria com o Departamento de Regulação Urbana, a questão da legislação urbanística, então a revisão de parte do Plano Diretor e no que se refere a questão de planejamento urbano. Nós vamos tratar no Plano Diretor somente da competência da Secretaria, nós já estamos fazendo, e a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Importante Júlio e Flávio, eu, importante, eu coloquei aqui na apresentação uma coisa bem curta, mas já

chamando a atenção dos Vereadores, porque havia um compromisso nosso, quando nós aprovamos essa Lei, e nós sabíamos que ela era muito imperfeita, mas eu na ocasião eu falei, pior do que uma Lei ruim, é não ter Lei. Então nós fizemos aquela época e nos comprometemos a fazer uma revisão da legislação. Hoje passados três anos praticamente quase quatro, que foi em dezembro de dois mil e seis, então vamos apresentar, estamos encaminhando ao Prefeito, estamos encaminhando a Procuradoria pra que eles possam avaliar e fazer o encaminhamento uma revisão da Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo. Na verdade, esta revisão ela tem por finalidade corrigir aquilo que nós detectamos o que não se aplicou bem ou que não fez falta. Então muitas coisas e havia uma falha gritante na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Ouro Preto, porque ela tratava do Parcelamento e da Ocupação do Solo, ela não tratava do Uso. Afinal, onde eu posso por uma serralheria em Ouro Preto? Onde eu posso colocar uma mercearia? Seja num distrito, seja numa sede, então, na verdade, vocês me desculpem porque acabei ficando de costas porque estou olhando para o slide, então na verdade, nós percebemos que a Lei na continha coisas essenciais hoje, e hoje há um conflito muito grande. Afinal? O que se pode colocar num bairro residencial que é compatível com a qualidade de vida de quem mora ali? Nós hoje temos questões muito graves, muito discutidas, a questão da república por exemplo, até que ponto ela é aplicável ou não a um bairro residencial? Então a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo ela deveria tratar disso. E agora nós vamos está inserindo realmente os casos onde vão ser analisadas a possibilidade de se ter ou não um determinado equipamento comercial ou público se é compatível com aquele tipo de zoneamento, aquele tipo de uso predominantemente no local. Bom, e uma novidade também, deve de está sendo apresentada também no final uma luta que eu acho que o Júlio participou, o Flávio participou muito disso, que é a FAMOP, famosa portaria cento e vinte e dois do IPHAN. Ao longo desses anos na Secretaria, tanto eu quanto o trabalhador, nós lutamos muito pra com muito respeito, colocar os órgãos nos devidos lugares. Eu sempre falei isso. O IPHAN não é Prefeitura e a Prefeitura não é IPHAN e havia uma confusão, que até o Flávio fala muito que a Secretaria de Patrimônio contribuiu um pouco para essa confusão, porque ele não queria que chamasse Secretaria de Patrimônio, pra que não se confundisse o Patrimônio ao IPHAN, mas eu acho que hoje nós já conseguimos separar bem e consolidar bem o IPHAN da Secretaria de Patrimônio. Então, nós hoje já deixamos muito claro quais são as atribuições da Prefeitura, quais são as atribuições do IPHAN. Cada um trabalhando com uma responsabilidade com o mesmo objetivo, mas sem ultrapassar a sua competência. Nós não aceitamos e nem permitimos que o IPHAN exerça papel de Executivo Municipal, como eu acho que o IPHAN não deve deixar que nós exerçamos um papel de um órgão federal de proteção do patrimônio. Colocado dessa forma, fica muito fácil, vamos dizer, harmonizar a competência de cada órgão e atuação de cada órgão. Então nós conseguimos até numa questão inédita Júlio, que o Presidente do IPHAN permitisse que a revisão da portaria cento e vinte dois do IPHAN que continha muitos parâmetros urbanísticos, continha muitas ações que nós entendíamos de competência do Município, fossem retiradas e nós entendemos que muitas das competências que estavam no Município, que seriam do IPHAN, tipo fiscalizar a cor de uma fachada, se ela é compatível ou não com o Patrimônio Histórico. É o IPHAN que tem que fiscalizar, eu acho que nós temos muita coisa pra fazer, e está vendo se a fachada fica fora do exigido, ou se há uma volumetria, então nós conseguimos essa harmonia e essa portaria foi revisada conjuntamente com a equipe nossa técnica e com a equipe de Brasília. E ela deve agora, no final de abril, está sendo assinada pelo Presidente do IPHAN juntamente com o Prefeito de Ouro Preto, mostrando que hoje nós colocamos um ponto final nas divergências que existiam na questão de legislação referente ao Patrimônio Histórico do Município, então eu acho que isso é um grande avanço e nós já elaboramos no segundo semestre de dois mil e nove, apresentamos e a Câmara aprovou aquela regulamentação do artigo cinquenta e oito do Plano Diretor que tratava daquelas construções construídas dentro do perímetro tombado Federal, e que não se enquadravam na Lei que o Município aprovou, ou seja, quem tinha construção não tinha condição de regularizar sua construção, porque ele tinha construído antes da Lei e a Lei depois falou outra coisa, exemplo, alguém construiu uma casa com duzentos metros quadrados. Em dezembro de dois mil e seis nós aprovamos uma Lei que falava que ali só poderia construir cento e cinquenta metros, então essa pessoa praticamente ficou impossibilitada de promover uma regularização da sua construção, porque o parâmetro da nova Lei não permitia que ele corrigisse. Essa regulamentação foi um trabalho que nós fizemos antes da revisão, agora na nova Lei já vai está incluída lá dentro, veio tratar dos casos das construções consolidadas. Naturalmente não é permitindo que se regularizasse qualquer coisa. Dentro do bom senso, dentro da técnica e não haver um prejuízo ao patrimônio tombado

federal, que se regularizasse aquilo que foi construído antes de dois mil e seis, dentro de parâmetros urbanísticos de bom senso e tecnicamente corretos. Então isso foi um avanço do segundo semestre de dois mil e nove. Bom, aqui eu vou falar rapidamente, isso interessa bastante aos Vereadores aqui, porque, nós vamos fazer um resuminho muito rápido, só pra mostrar o que que vai mudar na Lei. Naturalmente as mudanças são técnicas pra uma pessoa leiga fica um pouco difícil entender em que que isso vai ser impactante ou não, mas a gente vai tentar dar uma didática e um pequeno resumo, pra que quando a Lei venha vocês tenham já a noção, afinal o que que tá mudando na Lei. Então é muito resumido, mas são os pontos que nós julgamos como sendo os pontos mais importantes e prioritários. Bom, a primeira coisa que nós estamos fazendo na nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, na revisão da Lei, é mudando os perímetros, criando os perímetros, aqueles perímetros urbanos que a Sede e os Distritos, eles tem um limite de crescimento urbano, porque que se faz um limite de crescimento urbano, porque que se delimita um perímetro urbano no distrito e nas Sedes? Porque se você começar a permitir que haja empreendimentos imobiliários com fins urbanísticos muito longe do que já existe em termos urbanos, daquele núcleo já consolidado, você cria uma situação de dificuldade econômica de crescimento do Município. Uma coisa é você construir um novo conjunto habitacional encostado onde já existe, com uma escola ou um posto de saúde, ou você colocar cinco quilômetros de distância, porque você tem que tirar daquele núcleo urbano toda infraestrutura e levar até lá. Então você perdi eficácia, perdi eficiência, e você tem gasto desnecessário. Então, o ordenamento urbano além do aspecto espacial, porque se você vai dano continuidade às ruas, vai dano continuidade a urbanização de uma forma planejada. Então por isso que se define perímetro urbano e os nossos perímetros urbanos, na Lei, no Plano Diretor trinta de dois mil e seis e vinte e nove de dois mil e seis, definia esses limites de forma geométrica, você tinha uma linha, então você a olho nu, você não conseguia mesmo numa planta definir claramente até onde vai o perímetro urbano de Antônio Pereira, até onde vai o de Miguel Burnier. Então nós tentamos, claro que dentro do limites possíveis, definir os perímetros de expansão urbana do Município, aqueles perímetros urbanos de uma forma que você caracterizasse através de acidentes geográficos mais fáceis, seja um córrego, seja uma estrada, seja uma cumeeada de morro. Então fica fácil você saber até onde pode se expandir aquilo, aquela área urbana, dentro de um planejamento urbanístico. Então, definiu o acidente geográfico com esses limites naturais. Pode passar por favor. Só pra exemplificar para vocês, eu peguei um exemplo aqui de Santo Antônio do Leite, o distrito na Lei atual, ele tem esta conformação, ou seja, aqui nós temos de Santo Antônio do Leite, o núcleo urbano, nós temos aqui aquela área que nós chamamos de Chapada de Santo Antônio do Leite, não é isso. Então vocês notem que o perímetro definido ele tinha um formato de uma figura e você não sabe precisamente, a não ser com um aparelho de topografia, você não conseguiria delimitar até onde ele começa e até onde ele termina. Então e também o zoneamento ele era muito amplo, ele não levou em consideração a realidade local, a época em que ele foi feito definiu-se que está área aqui, por exemplo, essa é a ZPE? ZAR, Zona de Adensamento Restrito, ou seja, onde você pode adensar, construir, porém com certa restrição, você não pode encher de prédio por exemplo. Então vocês veem que é uma mancha que ela não segue uma realidade muito local, ela foi definida dentro de um escritório, o nosso trabalho foi um trabalho de campo, então nós chegamos nesse tipo de conclusão. Por favor passa mais um, essas outras nós temos aqui, a verdinha, a clara é a Zona de Proteção Ambiental, essa amarela, você deve ter isso de cabeça, aqui é a ZPAM2, Zona de Proteção Ambiental 2, a azul é a ZPE, uma Zona de Proteção Especial, porque a cor eu sei a zona, (alguém falou fora do microfone), inclusive a questão da coloração que você ficava em dúvida porque a cor é muito próxima uma da outra. Cada tipo de zona permite um tipo de ocupação e de parcelamento de uso agora que nós estamos fazendo, pode passar por favor. Então reparem, o mesmo distrito, agora com as curvas de nível bem definidas, com os acidentes geográficos, inclusive com os limites naturais, onde então você vê que é um trabalho muito bem mais elaborado, ele pode não ser melhor ou pior, mas em termos de trabalho, de cuidado de se verificar a realidade local, então, nós temos aqui, nós temos uma ampliação do limite de expansão, aqui ele vem agora aqui, você vê que esta área aqui, que está em vermelho, ela corresponde a área anterior, que seria a ZPE, Zona de Proteção Especial. Só que agora nós definimos claramente afinal, o que que deve ser protegido especialmente. Qual é o núcleo histórico de Santo Antônio do Leite que deve guardar uma memória do nascimento daquele local. Então nós definimos ela ali. Entramos com as áreas por exemplo, ZPAM. Antes nós tínhamos duas ZPAM, agora nós consideramos duas ZPAM só, Zona de Proteção Ambiental deve ser uma só, pra que ter duas, então nós criamos a Zona de Proteção e elas são as manchas onde você tem alguma situação de ser realmente protegida ambientalmente. Naturalmente isso não

exclui o que tinha realmente aqui, que ao longo de córregos, rios e tudo mais, embora nós não classificamos como Zona de Proteção, é uma APP, Área de Proteção Permanente. E aí nós já temos toda uma legislação ambiental que cuida disso, eu não preciso de uma legislação urbanística. Legislação Federal, mas, pois é, ambiental. Então eu não preciso de uma legislação urbanística municipal para tratar de um assunto que já tem um tratamento. E ali nós temos então, você verifica na própria Chapada, que eu mostrei, que hoje está inserido dentro de um Zoneamento que se pretendi permitir uma expansão. Então porque a topografia adequada, você tem uma infraestrutura passível de ser executada com custo razoável, e também aumentamos o limite, aqui vocês verifiquem que antes esse limite aqui era muito curto para se expandir. Então nós criamos dentro dos limites naturais uma área mais ampla de expansão que permita que essa Lei perdure por mais tempo sem ter que se fazer uma revisão do perímetro urbanístico. Bom, quanto a zona de expansão urbana uns exemplos da expansão, não é Ricardo, isso aqui é da expansão que nós estamos promovendo. Por exemplo, de Ouro Preto para Ouro Branco ali na parte de Saramenha, na direção a Ouro Branco praticamente não tinha área urbana, e é uma tendência natural que naquele sentido se promova um desenvolvimento de Ouro Preto, é uma área passível de ser urbanizada que não estava contemplada. Então agora nós estamos inserindo. Amarantina no sentido de Itabirito, Coelhos hoje já tem urbanização e não estava dentro da zona urbana, praticamente. Então nós, estamos fazendo essas correções, no caso de Glaura no sentido de Amarantina, na parte de Soares, Ratinho, aquela área é uma área toda passível de urbanização. Então passou a fazer parte do perímetro urbano, e Glaura no sentido de Cachoeira do Campo ali aquela direção praticamente quase que unindo. Cachoeira do Campo a Glaura hoje a união vamos dizer, como é que a gente diria, é inevitável, você unir Cachoeira do Campo à Glaura. Aquela região ela tem uma tendência natural de ser urbanizada, pode seguir. Bom, a alteração de parâmetro urbano é uma coisa muito a ser questionada, já houve um Vereador encaminhando, Moisés me parece, encaminhando um pleito de se mudar um parâmetro urbanístico permitindo que se construísse prédio mais alto na Bauxita, foi ao COMPURBI mas nós julgamos até um pouco desnecessário no momento analisar porque a Lei já vai tratar de uma mudança nesse sentido, dentro de uma proposta. O que nós, que trabalhamos com a parte mais técnica de planejamento urbano, temos que alertar é que muitas vezes a vontade de urbanizar ou a especulação imobiliária ou a comercial muitas vezes esbarra em problemas crônicos, quem não é técnico não percebi. Se nós permitimos que a Bauxita, que hoje já tem problema de infraestrutura urbana, já tem problema viário, já tem problema de tráfego, já tem problema de água, já tem problema de esgoto. Se nós permitirmos que se construa de uma forma muito generosa, vai haver um grande prejuízo a um morador ali. E o que se busca hoje com planejamento urbano e com desenvolvimento urbano é gerar qualidade de vida. Então no momento em que você não dá qualidade de vida, você está fazendo um planejamento errado. Então, nós estamos mudando algum coeficiente de aproveitamento, eu já expliquei naquela época coeficiente de aproveitamento, é a quantidade total em metros quadrados que uma pessoa pode construir no seu terreno total, se eu somar os pavimentos da minha casa, eu tenho cinquenta metros, significa que eu tenho cento e cinquenta metros quadrados, se eu fizer três pavimentos. A Lei vai estabelecer qual é o total em metros quadrados que eu posso construir naquele terreno. Se puder construir só cem metros quadrados, eu só vou poder fazer dois pavimentos de cinquenta metros. Então esses coeficientes são definidos para cada zona. E atualmente a zona de proteção ambiental por exemplo, permite zero zero quatro, ou seja, quatro por cento da área, é muito pouco, é muito pouco, porque? Porque é de proteção ambiental. Então, as áreas dentro da Zona de Proteção Ambiental são áreas normalmente grandes, um lote por exemplo de mil metros quadrados, então você poderia fazer em mil metros quadrados, quatro por cento. Então uma pessoa, me desculpa, ele tá me corrigindo com razão, na ZPAM, o mínimo de área que pode ser parcelado é lote de cinco mil metros quadrados, porque é uma área de proteção mesmo, ambiental. Então o que se chama de chácara, sítios de recreio ou que for. Então, você poderia construir ponto zero quatro, daria duzentos metros quadrados não é isso? Duzentos metros quadrados, o que é bastante razoável de cinco mil de construção, porque o que se pretende, não é que se ocupe, é justamente que não se ocupe, ocupe pouco, nós estamos propondo mudar para zero cinco. Então é uma mudança mais generosa, mas sei também tem um cuidado. A ZPE de zero oito para um, por incrível que pareça, a portaria cento e vinte e dois do IPHAN ela permite um, ela é mais generosa do que a Lei Municipal, a Lei Municipal é ponto oito, a do IPHAN era um. Então nós estamos elevando pra um também, então dentro do Centro Histórico por exemplo, uma pessoa que tem um lote de quinhentos metros quadrados vai poder construir quinhentos metros quadrados de construção, aí dentro dos demais parâmetros

naturalmente. Zona de Adensamento de um passa para um e meio, e Zona de Adensamento dois de um e meio passa para dois. Então vão ver que é uma mudança propiciando mais construção, porque que nós fizemos dessa forma? Na época que nós aprovamos a Lei, nós falamos é mais fácil você limitar e ir abrindo, do que você abrir e ir limitando. Então é muito mais fácil você perceber, porque senão quando você é mais permissível no início, depois que o cara já construiu muito, você não tem como reverter a situação, mas você permitir que construa menos e depois vai permitindo que ele construa um pouco mais, é perfeitamente viável. Bom, a questão da altura máxima das edificações vai naquela proposta do Moisés não é Flávio? O Moisés tinha proposto uma altura maior, na verdade nós não estamos fazendo nenhuma melhoria muito nesse aspecto não, porque? Atualmente, como a altura máxima da edificação total é doze metros e na divisa seis, pra você evitar arranha céus, que hoje nós sabemos que são... (faltou áudio de 26:17.9 à 30:52.4) Um fator especial, vamos para um caso mais extremo, uma serralheria, tem tudo de ruim com uma área residencial, mas, dependendo do tipo de serralheria, se ela não trouxer poluição sonora, tiver isolada acusticamente, se ela for de necessidade da área da região, se aquilo representar um desenvolvimento econômico, pode ser que se conceda um uso especial pra ali, mas isso também, através do estudo de impacto de vizinhança e passando pelos respectivos Conselhos, que é de proteção quando for o caso de Patrimônio e o COMPURBI que é o Conselho de Política Urbana. Pode seguir, tá um pouco longo aí, mas se vocês quiserem em dois minutos eu acabo num minuto. Bom, outras propostas é a criação de diretrizes diferenciadas, a criação das diretrizes para zona especial de interesse social, a criação da zona de interesse mineral, não existia. Então agora nós estaremos criando essa zona, o que não impede no caso de descoberta de uma jazida possa ser pleiteado através de Lei a criação, mas em princípio aquelas áreas que nós entendemos que elas já tem essa vocação, a extração de minério de ferro ou de topázio, já se define claramente o que pode e quais são as regras para aquelas áreas em virtude da segurança principalmente. Extinção da ZPAM dois, fusão da zona de adensamento residencial um com a dois, eram duas zonas de adensamento residencial com parâmetros muito próximos entendeu! Um era praticamente quase que semelhança um do outro. As distorções de zoneamento e definição de esclarecimento de itens duvidosos, dimensões de vagas de estacionamento, número de vagas, definição de pé direito mínimo, área descontada, coeficiente de aproveitamento, ok? Pode seguir. Bom, aí termina então, esse é o resuminho da Lei de Uso e Ocupação do Solo que eu acho que já vai dar, principalmente pra vocês que estão aqui, um conhecimento prévio daquilo que deve vir aqui pra ser analisado futuramente. Agora rapidamente, os gráficos são rápidos e eu vou passar mais rápido ainda, só para terem noção da evolução, os processos abertos no Departamento de Regulação Urbana, vocês notem que houve um aumento em dois mil e sete e dois mil e nove, principalmente. Dois mil e oito houve uma pequena redução, mas nós percebemos que dois mil e cinco pra cá a tendência é só aumentar, em dois mil e dez agora acelerou muito. As pessoas já estão acostumando com a ideia de Controle e Regulação Urbana e a nossa média aqui em dois mil e nove foi de oitenta e oito processos e setenta e três em dois mil e oito, pode seguir. Documentos emitidos, vocês notem que informações básicas informando o que que a pessoa pode fazer ou não pode fazer, a tendência é de um crescimento muito grande. Nós pegamos autorizações para qualquer coisa, a pessoa que quer autorizar uma troca de telhado, um conserto, um muro ou alguma coisa. Alvarás de construção, ele tá só em ascendente esse gráfico. Os habite-se muitas vezes as pessoas pegam o alvará, constrói e não vai lá pegar o habite-se, então é natural que isso fique menor e os relatórios de vistoria, pode seguir. Documentos emitidos mês, o gráfico por si só fala a quantidade de documentos de autorizações só pra mostrar a evolução, pode passar. E aqui a questão de inventário. O ICMS cultural hoje é uma fonte de recurso que atualmente vai ir para o FUMPATRI, pro fundo, isso vai para o caixa geral da Prefeitura, pela nova Lei nós conseguimos pelo menos doze e meio por cento desse recurso vai para o fundo de preservação. E aí nós vamos aplicar em ações patrimoniais de recuperação. Então no ano de dois mil e nove, nós fizemos um inventário nesses bairros, nessas áreas da Sede. Aqui mostrando quais foram as áreas que foram inventariadas na Sede, Morro da Queimada, Morro Santana, São João, Vila Rica, Piedade, Antônio Dias, Morro São Sebastião e Morro da Queimada. O que que nós inventariamos pra quem não entende o que que é inventário, inventário é você levantar todas as informações, é igual um inventário de família, quando uma pessoa falece a gente faz um inventário. A gente levanta tudo o que tem, tudo o que existe, as informações, quantos filhos, idade e tal, inventário é isso aí, pode seguir. Só um exemplar pra vocês verem o trabalho que dá fazer um inventário, hoje nós fazemos com uma equipe própria da Secretaria de Patrimônio, nós pegamos exemplo de um bem que é a casa do Aleijadinho, que às vezes as pessoas falam, ah esse pessoal não

trabalha, não faz nada, mas não sabem o que que é você fazer uma coisa bem feita, não é? Mal feita a gente até que poderia fazer rápido, pode seguir. A casa do Aleijadinho, um exemplo que nós tiramos, pra se fazer o inventário da casa do Aleijadinho nós tivemos que fazer quatorze documentos. Ai você tem levantado, então reparem, isso aqui é um bem inventariado, mas se você pegar essa ficha, se você pegar uma ficha dessa, reparem, um bem desse, se você for lá, você vai saber tudo a respeito desse bem., qual é a planta da casa, qual foi o fator de degradação, onde ela está localizada, a informação histórica, a informação atual, enfim, isso é o inventário, pode seguir. Agora só pra vocês perceberem, em dois mil e nove, nós inventariamos cento e vinte estrutura de arquitetura e urbanismo, ou seja, edificações, bens integrados, são aqueles bens que são, por exemplo, numa igreja, quando você tem aquela peça de madeira encrustada, aquilo é um bem integrado, um bem artístico integrado, necessariamente. Então bens integrados nós inventariamos cinquenta e três, bens móveis, cadeira de Dom Pedro II, um bem móvel, foi inventariado. Patrimônio arqueológico, nós inventariamos seis, em cada um dos locais, você vê o que nós achamos e foi inventariado. Se por uma eventualidade isso desaparecer você tem a informação guardada do que era. Sítios naturais, vinte, patrimônio imaterial seis, como fazer doces, essas coisas, e arquivo seis, duzentos e sessenta, pode passar. Pode passando agora direto, só pra vocês terem noção, em dois mil e nove, chafarizes, pontes, edificações, algumas históricas, mas tudo que tenha significância. Os bens integrados que foram catalogados, bens móveis, a maioria imagens, patrimônio arqueológico, que nós temos, Mina no Padre Faria, aqui os sítios naturais que o Município tem na Sede que nós estamos fazendo, da Sede agora, pode seguir. Patrimônio Imaterial que é a parte e só para vocês terem ideia, de dois mil e sete até hoje, a Secretaria de Patrimônio já inventariou mil trezentos e oitenta dentro daquele trabalho. Se você multiplicar mil trezentos e oitenta pra uma média de quatorze documentos ou folhas de inventário você vai ver o que representa isso em termo de volume de trabalho. Está digitalizado e tá impresso em volumes, um volume só por questão de custo, mas tem uma disponibilidade inclusive para estudo acadêmico, para interesse de pessoas que cursam história e para legisladores para pessoas que tem interesse em história, na preservação do Município, pode seguir. A nossa ICMS cultural, vocês percebem que a partir de dois mil e cinco, quando foi criado a Secretaria, antes havia uma inconstância nesse relatório e até na obtenção de recurso, nós conseguimos atingir o nível mais elevado de pontuação possível do Município e conseguimos nos manter pelo menos até o ano passado, no topo desse nível. Aqui só para mostrar obras e serviços executados pelo Departamento de Proteção Patrimonial, o aproveitamento do antigo posto de gasolina da estação, que deve está sendo inaugurado agora no mês de maio, pode passar, era assim e está ficando assim. Nós temos dezoito bancos aqui para atender o pessoal de distrito, uma lanchonete, um terminal bancário, a guarda municipal e banheiro público, inclusive com acesso à deficiente. Outro, as instalações dos quadros de avisos, dentro do nosso projeto de despoluição visual da cidade, o que nós tínhamos e aqui sem quadro, também para instalar e a instalação dos quadros como está ficando hoje dentro do Centro Histórico. Aqui só dois exemplos mostrando, inclusive a população está contribuindo, porque eles pararam de pregar nas casas e já estão pregando nos quadros. Bom, obra e serviço executado na reforma do terminal Cesário Alvim, o custo de duzentos e noventa e nove mil e ainda não acabou, já liquidamos setenta e oito e pagamos setenta e oito. Frontão da capela de Santa Rita, seiscentos e noventa reais, e aquisição desses quadros de aviso, que foram fabricados, todos eles em aço, então seis mil e novecentos. Gastamos oitenta e seis mil com essa proteção patrimonial, pode seguir. Bom, aqui eu vou passar rápido, só pra ter uma noção do trabalho que nós temos hoje, porque às vezes fala que tem muita gente e pouco serviço, vocês vão ver o nosso quadro. Usucapião vinte e nove, autorizações cento e oitenta e oito, intervenções dez, elaboração de proposta cinco, estão todas listadas, pode passar. Cortes de árvores, hoje é o patrimônio que autoriza ou não, junto com o Meio Ambiente, fiscalização de posturas, fiscalização de eventos, vistorias técnicas, perícias em processos judiciais, coordenação de projetos de despoluição visual, pode seguir. Na parte de educação patrimonial também está dentro do departamento de proteção patrimonial, nós contratamos dez (inaudível) dias atrás para junto as escolas da rede municipal no valor de seis mil, para dar aula e fazer uma demonstração da importância desse trabalho na Secretaria. Programa Monumenta rapidamente, restauração do Solar Baeta Neves, essas, todas essas três obras devem está sendo inaugurada em maio agora. Aqui vai a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente deve voltar para aí. O estágio que se encontra hoje, casarão Rocha Lagoa, antiga Secretaria de Educação, deve ser a sede da Secretaria de Patrimônio. Eu até brinquei com a Crovymara e a Marcília, porque elas estavam reclamando muito da saída delas, que hoje esse prédio não abrigaria a Secretaria de Educação, porque nós retiramos todos os anexos que eram irregulares e que

comprometiam o casarão enquanto casarão histórico. Nós estamos com dificuldade de por a Secretaria de Patrimônio lá, tá pequeno para a Secretaria de Patrimônio, pode passar por favor. Como ficou e nós estamos em fase final de conclusão da obra, e aqui a Casa dos Inconfidentes, essa ficou fantástica depois de arrumada, pode passar. Nós devemos inaugurar agora no final de abril, pode passar. Só para vocês terem ideia, inclusive com paisagismo em torno, vai ser aberta a visitação pública, aqui embaixo está sendo preparado a montagem de um museu com a história dos Inconfidentes, que é diferente do Museu da Inconfidência, é a história do Inconfidente, de cada Inconfidente, contando a história dele. Vai ser aberto, em cima vai ser uma hospedaria, só para ocasiões especiais, pode passar, ele ficou, então a casa está ficando desse jeito. Bom, nós gastamos trezentos e setenta e três mil no Baeta Neves, gastamos quatrocentos e quarenta e seis mil no Rocha Lagoa, quatrocentos e oitenta e cinco na casa dos Inconfidentes, um total de seiscentos e oitenta e quatro, onde o Município entrou com trinta por cento e o Governo Federal setenta por cento. (alguém falou fora do microfone) não porque aqui é empenhado. Ah sim, é porque aqui é o total do que nós já pagamos. (alguém falou fora do microfone) é porque aqui como o relatório é referente ao segundo semestre de dois mil e nove, então é o que nós pagamos no segundo semestre de dois mil e nove. Bom, só pra vocês terem ideia da Secretaria, está acabando, Flávio, é rapidinho. Pra operacionalizar a Secretaria no segundo semestre de dois mil e nove, nós empenhamos quatrocentos e trinta e dois mil, o departamento de projetos não gastou nada, proteção ao patrimônio com aquelas ações que nós falamos, nós tivemos empenhado trezentos e quatorze mil, regulação urbana também, é só com a despesa da operacionalização. Quando eu falo não gastou nada é porque é material de consumo obviamente, tanto projetos quanto regulação, e desse total que nós gastamos, na verdade isso aqui se refere a folha de pagamento de pessoal. A Secretaria o grande custo, agora que nós temos essas ações, já de ação patrimonial. A despesa com folha funcional, obrigação patronal, trezentos e vinte mil, estágios, diárias, suprimento de fundo, transporte, impressão e plotagem, total de despesas pagas no período, quatrocentos mil reais, você vê que é bastante pouco. (alguém falou fora do microfone) trezentos e vinte mil de pessoal, no período de julho à dezembro. Aqui mostra, hoje nós temos dezoito (alguém falou fora do microfone) hoje nós temos mais um pouquinho, hoje nós temos os estagiários, na verdade distribuído aqui, a maioria é arquiteto, nós temos historiador, engenheiro civil, e temos a equipe da UEP do Monumenta que vai passar a equipe da UEP do FUMPATRI, que tem um arquiteto, que tem um engenheiro, que cuidam das obras. Na verdade o nosso total de pessoal, vinte e quatro pessoas na Secretaria toda. Bom, era isso aí, eu acho, espero ter deixado aí o esclarecimento, porque se agora quiserem algum esclarecimento, nós estamos a disposição." Vereador Flávio Andrade: "Convido o Secretário para sentar aqui do meu lado, na ausência do Presidente eu assumo a coordenação do trabalho, eu passo a palavra a Vereadora Regina Braga." Vereadora Regina Braga: "Bem, mais uma vez eu quero agradecer e parabenizar o Gabriel e toda a sua equipe, minha querida Cristina, um beijo especial para você, eu gosto muito da Cristina. Você sabe que eu elogio muito a sua Secretaria aqui Gabriel, sem querer rasgar seda, até mesmo porque eu não preciso disso, mas eu até acho que você deveria fazer um curso e um monte de secretários aí e suas equipes, porque é uma Secretaria que a gente vê resultados, a gente vê as coisas acontecendo e a gente fica satisfeito com isso. Então, mais uma vez te parabenizo. Agora, eu nem sei se é muito ligado a sua Secretaria mas, eu já estava brava com o aumento de tanta coisa que teve aí, IPTU e etc, etc...Eu senti na pele mesmo, eu fui regularizar um lote lá, do Kiki lá em cima que eu comprei. Quando eu comprei era doze mil, Kiki falou que tá fazendo isso pra vender por quarenta, eu fui lá agora regularizar, a Prefeitura tinha avaliado por quase setenta e oito mil. Ai eu fui lá, pelo amor de Deus, a preço de mercado não tá vendendo por quarenta, vocês vão me cobrar o dobro. Eu fiz três avaliações, mesmo assim saiu por cinquenta e quatro mil reais, mais pelo o que ele tá vendendo. Então eu achei isso um pouco absurdo, um lote no Leite, uma senhora me procurou agora numa reunião itinerante, cinquenta e dois mil um lotezinho desse tamanho, lá naquele alto de cemitério, não tem nem infraestrutura, a Prefeitura tem que rever essa carta geotécnica." Gabriel Gobbi: "Na verdade é planta geral de valores." Vereadora Regina Braga: "Isso, porque tá assustando o povo, o povo tá ficando meio assustado com esse negócio aí, acho que tem que rever isso também, tá Gabriel." Gabriel Gobbi: "Só te dar um, obviamente, mas não é da Secretaria de Patrimônio, é mais por um conhecimento pessoal meu, desse assunto. A maioria das Prefeituras estão fazendo isso, e eu tive um problema semelhante em Esmeralda. Eu fui comprar um terreno lá e eu comprei por um valor e eles me avaliaram quase que duas vezes o valor que eu tinha comprado. A ideia não era bem essa, tem algumas distorções, a intenção com a planta geral de valores é você colocar, não criar aquele disparate que existe, de

que o valor venal de um imóvel que aparece no Imposto Predial Territorial Urbano, muitas vezes de um imóvel, tá lançado um valor venal por dez mil, e na verdade aquele imóvel vale cem mil, nós sabemos disso. Então, acaba você pagando por um valor (inaudível) a ideia, e no imposto de transmissão de bens, que é o que você foi pagar, já tem uma outra avaliação que é muito mais próxima ao valor comercial, a ideia era equiparar os dois valores, só que a ideia era você ter um valor real de mercado. Ouro Preto tem um problema muito sério que deve dar algumas distorções muito grande, porque a especulação imobiliária é muito grande. Você possivelmente comprou um terreno no valor normal dele. Um valor razoável, tanto é que as avaliações se aproximarem. Mas com isso deu uma sobrecarga, deve ser no distrito." Vereadora Regina Braga: "Não, é lá no Kiki. Lá em cima no Campo Grande de Vila Rica." Gabriel Gobbi: "Na verdade tudo nós temos que fazer uma vistoria. Um arquiteto vai e verifica aquela condição do terreno e dentro da condição ele verifica na Lei. A Lei é uma só pra todo mundo, nós poderíamos dar informação básica na hora que você entra fala assim, você está na ZPAM, então o seu índice, sua informação básica é, você pode construir tanto, tanto, tanto, só que muitas vezes o terreno tem uma característica que a gente não poderia liberar, vamos dizer que está numa área de risco três ou tem algum outro fator, então é necessário que se faça uma vistoria prévia pra poder emitir a informação básica, não é isso?." Vereadora Regina Braga: "Eu penso que lá tá perto de área de preservação ambiental." (alguém falou fora do microfone). Vereadora Regina Braga: "Não brinca, se não eu vou matar o Kiki gente, eu falei com ele pra olhar isso, porque eu não posso morar em Mariana não." Gabriel Gobbi: " Por causa do domicílio eleitoral inclusive." Vereadora Regina Braga: "Pois é. Na área que eu comprei eu pedi a ele que olhasse isso." Gabriel Gobbi: "tem um problema de divisa." Vereadora Regina Braga: "Só falta essa Flávio!" Vereador Flávio Andrade: " Você vai ser Vereadora em Mariana." Gabriel Gobbi: " Nós estamos sendo bastante cuidadosos, depois você pode olhar lá com a gente." Vereadora Regina Braga: "Nossa, eu tenho que olhar isso, se meu coração tivesse ruim eu infartar nesse instante." Gabriel Gobbi: "Mais essa demora trás um alívio da nossa parte, embora a gente ajude a você a não ter essa preocupação, da nossa parte é de que a demora também some-se este problema. Então quando houve uma dúvida quanto ao limite porque justamente ao loteamento do Kiki é que você tem a divisa de Mariana." Vereadora Regina Braga: "Inclusive tem até um projeto disso." Gabriel Gobbi: " E houve casos." Vereadora Regina Braga: " Os parâmetros são diferentes." Gabriel Gobbi: "E houve casos inclusive que parte do loteamento está em Mariana, e parte está aqui. Agora, menos mal se ele foi todo aprovado aqui, caracterizado e o cartório de registro de imóveis registrar ele como sendo aqui, entendeu! Aí a gente pode aprovar o projeto e fazer tudo. Essa é uma coisa que talvez resolva o seu problema." Vereadora Regina Braga: "Uma vez eu pedi lá e foi rapidinho, dessa vez está...será que está piorando o negócio, não é possível." Gabriel Gobbi: "Não, não. Tá piorando sim porque o volume é maior." Vereadora Regina Braga: "Por causa do volume. Igual eu, tem um monte de gente que está esperando. Agora, igreja de Glaura, tá um bafafá lá, acho que você até penou lá, numa reunião que teve lá. Uns querem que fazem o negócio todo, outros já estão aceitando um..." Gabriel Gobbi: " Inclusive isso está trazendo uma preocupação, até falei que ia fazer uma carta ao pároco, porque as questões locais, sejam elas, políticas, culturais, não me dizem respeito, eu não entro, você me conhece bem, você sabe que o norte que nós temos na Secretaria não é esse. A gente trabalha em serviço público, então o que que acontece, aquele problema do forro que aconteceu lá, nós temos receio, e isso eu falei para a comunidade, que uma parte da comunidade acha que se recuperar parte do forro, depois vai largar do jeito que está." Vereadora Regina Braga: "Eles tem medo disso." Gabriel Gobbi: " Isso não tem esse risco por dois motivos, primeiro porque já está no parque das cidades históricas como prioridade a restauração completa. Já está previsto a recomposição completa do forro pra esse ano, ou seja, se no parque das cidades históricas não houver a liberação do recurso pra restaurar ela toda, o forro está garantido no orçamento do IPHAN, não há como negar, agora o que eu aleguei pra eles, é o seguinte: é a mesma coisa que um buraco na rua, o fato de você daí as seis meses ter que refazer o calçamento da rua, não justifica que você deixa um buraco durante um ano inteiro. E porque? por que aquilo, ao se recompor aquela peça você evita que outras possam cair, porque uma praticamente consolida a outra. Então eu particularmente manifestei isso, que a Secretaria de Patrimônio entendi que o fato de se fazer a restauração completa do forro que já está garantido para esse ano no orçamento do IPHAN, não justifica não se fazer um remendo, que mostra um desleixo, um descaso, um risco com a segurança de quem está embaixo. Eu sou totalmente favorável de se fazer um remendo e isso não significa que não vai se fazer o resto. Porque se não for fazer, com buraco ou sem buraco não vai fazer, isso é o que nós temos que entender." Vereadora Regina Braga: "Então pelo

menos o forro já está garantido pelo IPHAN." Gabriel Gobbi: "O forro com certa todo restaurado, agora os andaimes estão lá e nós estamos em via de perder o andaime, se você puder interferir nisso seria excelente, porque? Tem que fazer o reparo gente! Tem que corrigir o buraco que está lá. Até porque as pessoas que usam não ficar convivendo com aquele risco, não faz sentido." Vereadora Regina Braga: "Você falou do PAC2, foi acha que isso vai avançar? Ou você está sentindo, ou é coisa, ano de campanha?" Gabriel Gobbi: "Olha, que tem um componente eleitoral sempre tem, porque esses programas. O PAC das cidades históricas eu acredito mais nele do que os outros PAC"S que nós sabemos que empacaram grande parte, porque na verdade o PAC das cidades históricas é uma solução do Ministério da Cultura para continuidade do Programa Monumenta no País, que é o único programa cultural que deu certo e Ouro Preto é prova inequívoca desse sucesso. Nós conseguimos realizar praticamente todas as ações de restaurações de grandes intervenções urbanas aconteceram aqui através do Monumenta. Então eu acredito em razão disso, porque vai ser gerido pelo IPHAN que gerou, que fez a gestão do Monumenta, e porque esses recursos vão ser uma continuidade de um programa cultural de grande sucesso. Então eu acredito que vá e a minha expectativa é nesse sentido e nós já cadastramos e estamos com toda documentação em dia, porque quem não tiver projeto aprovado, é que corre o risco de não receber a verba e no caso, inclusive, por exemplo de Glaura, a Matriz de Glaura já tem projeto aprovado, os projetos tem tudo pronto pra poder entrar, assim como Cachoeira do Campo, assim como São Bartolomeu." Vereadora Regina Braga: "Vindo da sua Secretaria eu acredito, porque a Prefeitura tá com problema..." Gabriel Gobbi: "A verba é que não é minha, o projeto eu garanto." Vereadora Regina Braga: "E nesses PAC"S pode incluir as estações ferroviárias ou não?" Gabriel Gobbi: " O IPHAN já está pensando nisso. Alguns projetos é..." Vereadora Regina Braga: " É porque é lamentável." Gabriel Gobbi: " Essas recuperações das estações é um projeto que já está sendo trabalhado, para ser colocado." Vereador Flávio Andrade: "Mesmo porque são do IPHAN hoje." Gabriel Gobbi: "É, hoje foi passado para o IPHAN mas ainda está havendo uma discussão entre o Patrimônio da União com essa passagem da antiga rede ferroviária, eu quis colocar o IPHAN para ser o gestor da instinta rede ferroviária federal, dos bens da instinta rede. Tem alguns trâmites legais e constitucionais que estão sendo discutidos aí." Vereadora Regina Braga: "Dessas estações da última vez que a gente conversou, você falou que estaria, até o Prefeito falou isso que é a Estação de Miguel Burnier, que estaria bem avançado. Você tem alguma notícia assim, mais concreta?" Gabriel Gobbi: "Nós colocamos nos planos e metas de ação desse ano, uma das metas e ações que foi contemplada é o projeto completo, porque antes tem que fazer projeto e nós não tínhamos recurso, então nós já priorizamos como meta da Secretaria de Patrimônio, elaborar todo projeto, entendeu? Obviamente tendo o projeto, aí é uma questão de captação de recurso, aí entra um fator político da comunidade, a gente pode conseguir através de entidade não governamental." Vereadora Regina Braga: "Pode ser através do PAC2, não é?" Gabriel Gobbi: "Pode ser através do PAC, mas primeiro tem que ter o projeto, sem projeto é falácia." Vereadora Regina Braga: "Agora, Engenheiro Correia nada não é?" Gabriel Gobbi: "Engenheiro Correia nós não fizemos o projeto ainda não." Vereadora Regina Braga: "Não passou nada ainda não." Gabriel Gobbi: "Nós temos um projeto feito pela Secretaria de Patrimônio de paisagismo em todo, aquilo ali quero dizer é uma pré proteção se nós poderíamos chamar assim." (alguém falou fora do microfone) Gabriel Gobbi: "E. Ele já está inventariado." Vereadora Regina Braga: "Olhe com carinho, é o meu sonho, eu morro de medo de sair da política e não restaurar aquilo ali. E por fim, você falou a questão do Rio de Janeiro aí, começou no Rio e sem querer a gente pensa em Ouro Preto, como é que está a nossa situação?" Gabriel Gobbi: " Hoje nós conseguimos de certa forma, vamos dizer, diminuir as construções irregulares e as ocupações desordenadas. No início nós sofremos uma pressão muito grande, sofremos até hoje, o pessoal tem mania de nominar as ações institucionais de uma Secretaria com o Secretário, O Gabriel embargou a minha obra, o Gabriel não me deixou construir. Eu não deixo nada, eu não embargo nada, eu não tenho poder para isso, nem tamanho e nem força, com certeza. Mas, enquanto você ter legislação a cumprir e eu falo que hoje, nós estamos recebendo um respaldo popular muito mais intenso, porque percebe-se que a situação desses Municípios que estão com estas catástrofes não é diferente das nossas encostas, aliás, as nossas tem uma característica pela carta geotécnica elaborada pela UFOP de muito mais risco." Vereadora Regina Braga: "Pois é." Gabriel Gobbi: "Muito mais, a diferença é que nós não tivemos a fatalidade de ter o índice pluviométrico que aconteceu nessas regiões. Então não significa que Ouro Preto está salvo não, significa que nós somos mais abençoados. Espero que o meu tio esteja rezando lá e esteja ajudando de alguma formá, porque na verdade esse risco nós corremos sempre, o Professor Romero sempre fala, "Ouro Preto, as encostas vão

descer, nós só não sabemos quando." então a nossa preocupação hoje primeiro, é inibir o processo de ocupação desordenada, aparentemente com nossas ações de fiscalização nós conseguimos. Criar novas alternativas, expansão de área urbana e tudo mais, para que as pessoas entendam que ali são áreas de risco e elas tem que construir em outro local. E depois trabalhar a requalificação dessas áreas para segurança." Vereadora Regina Braga: "O Gabriel, vou mais uma vez agradecer a você e sua equipe, pedir licença, porque eu tenho um outro compromisso, eu vou ter que sair, e qualquer coisa estamos aí porque quando a gente vê resultado, a gente puder somar pra tá ajudando. Agora essa questão de Glaura eu vou tentar ver se ameniza um pouquinho lá, eles me falaram que O Gabriel vai está na Câmara essa semana e olho com ele direitinho, pra ver se a gente resolve também, porque aquela igreja é especial." Gabriel Gobbi: "Até mesmo pra não perder os andaimes que estão lá, que estão emprestados do IPHAN se não eles voltam e não tem como fazer mais." Vereadora Regina Braga: "Então está. Obrigada gente um abraço pra vocês." Vereador Flávio Andrade: " Com a palavra o Vereador Luiz Gonzaga. A gente agradece a Vereadora Regina pela sua contribuição de sempre." Vereador Luiz Gonzaga: " Também parabenizar o Secretário de Patrimônio, Gabriel Gobbi e toda a sua equipe, e parabenizar também a maneira como tem tratado as pessoas que vai naquela Secretaria e que quando é mal tratado aqui na Casa a gente fica sabendo rapidinho, Gabriel. Aqui felizmente, o pessoal vem rapidinho aqui na gente e fala as coisas. E queria também ponderá algumas coisas Gabriel, principalmente lá no Morro São Sebastião e fazer algumas perguntas para você se você está ciente daquilo que eu vou te perguntar. Você conhece aquele moço, me parece que ele tem uma casa aqui na Praça que tem apelido de jacaré." Gabriel Gobbi: "Eu conheço Jacaré, a casa... Jacaré eu conheço." Vereador Luiz Gonzaga: "Então, acontece Gabriel que ele fala pra todos nós lá no Morro São Sebastião, que aquela parte, hoje você representa meio ambiente e patrimônio, então que aquela parte é dele, uma parte ali, e que a Prefeitura ainda não pagou pra ele. Isso fica assim muito vultoso na nossa consciência, que outras horas ele fala assim, a gente está tentando fazer um acordo lá, pra que a gente faça chácaras, isso aí que você falou, de mil metros, isso quando entra ali, na rua Rio Ipiranga, e vai no sentido da nascente do Rio das Velhas, e tem uma parte ali que tem uma demarcação. O que que você me diz disso, no que ele fala e a comunidade está sempre ouvindo aquilo lá e a gente fica numa pendenga." Gabriel Gobbi: "Na verdade, a qu